26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓSS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação

VIOLÊNCIA NAS DINÂMICAS INFORMACIONAIS DIGITAIS: REFLEXÕES SOBRE A ESCOLA CONTEMPORÂNEA

VIOLENCE IN DIGITAL INFORMATION DYNAMICS: REFLECTIONS ON THE CONTEMPORARY SCHOOL

Andre Gomes Dantas - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
Ricardo Medeiros Pimenta - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Apresenta uma pesquisa qualitativa, de natureza teórico-conceitual, que propõe uma análise prospectiva sobre a articulação entre violência e regime de informação. Propõe discutir o papel dos artefatos informzacionais e comunicacionais de ordem digital como potenciais vetores de práticas e narrativas de violências. Discute como as relações de poder e controle mediadas pela informação podem produzir um estado de violência nas dinâmicas informacionais da era digital, principalmente em ambientes de maior vulnerabilidade em termos de literacias e competências informacionais que tenham a perspectiva crítica e a lente ética como aspectos norteadores. Parte-se do pressuposto de que o poder e o controle da informação constituem mecanismos de violência que se manifestam nas interações sociais e nos processos de dominação informacional. Propõe reflexões sobre as dinâmicas informacionais na era digital e examina seus efeitos e implicações para a configuração de um estado de violência que atravessa e repercute nas relações sociais. Considera que, o estado violento das dinâmicas informacionais contemporâneas não se expressa somente pela circulação de conteúdos agressivos ou manipuladores, mas pelo modo como tais dinâmicas intervêm na constituição da realidade. A violência não é apenas representada, é produzida e reproduzida dentro do próprio ato de informar. Projeta discutir este quadro, a partir da coleta futura de evidências informacionais de casos de violência em escolas brasileiras.

Palavras-chave: Violência; poder; dinâmicas informacionais; era digital; escola.

Abstract: This paper presents a qualitative study of a theoretical-conceptual nature that proposes a prospective analysis of the relationship between violence and the information regime. It seeks to discuss the role of digital informational and communicational artifacts as potential vectors of violent practices and narratives. It examines how power relations and forms of control mediated by information may produce a state of violence within the informational dynamics of the digital era, particularly in environments characterized by

greater vulnerability in terms of information literacy and competencies, where critical perspectives and ethical considerations should serve as guiding principles. The study is based on the assumption that the power and control of information constitute mechanisms of violence manifested in social interactions and processes of informational domination. It proposes reflections on informational dynamics in the digital age and examines their effects and implications for the configuration of a state of violence that permeates and reverberates throughout social relations. It argues that the violent condition of contemporary informational dynamics is not expressed solely through the circulation of aggressive or manipulative content, but also through the way these dynamics intervene in the constitution of reality. Violence is not merely represented; it is produced and reproduced within the very act of informing. The study aims to discuss this framework through the future collection of informational evidence from cases of violence in Brazilian schools.

Keywords: Violence; Power; Informational dynamics; Digital age; School.

1 INTRODUÇÃO

Este texto apresenta o preâmbulo conceitual e teórico de uma pesquisa de caráter urgente, vinculada a um projeto de doutorado que trata sobre a relação entre violência e informação no ambiente escolar. No escopo da comunicação pretendida, buscaremos identificar aportes conceituais norteadores para compreender o estado contemporâneo das dinâmicas de violência em perspectiva aos ambientes informacionais para, então, construirmos possibilidades de análise sobre os desdobramentos e impactos nas relações sociais do contexto escolar.

Com isso, o objetivo principal é o de realizar uma análise conceitual prospectiva sobre a articulação entre violência e regime de informação para utilizarmos posteriormente em face da coleta de evidências informacionais de casos ocorridos em escolas brasileiras. Assim, tornar-se-á possível discorrer sobre o papel dos artefatos informacionais e comunicacionais de ordem digital como potenciais vetores de práticas e narrativas de violência, acessando e afetando o público infanto-juvenil.

Vivemos em uma época em que a informação se tornou eixo estruturante da vida. Amparada em uma sociedade amplamente conectada por redes e sistemas digitais que facilitam a recuperação, seu acesso e a circulação da informação, tal condição não nos exime das múltiplas armadilhas que se manifestam, quase cotidianamente, nos processos de sua respectiva produção e consumo.

Com efeito, tais processos representam um certo automatismo da participação social e das expressões democráticas pelas quais espera-se que o uso responsável e ético da informação nos conduza. Conforme visto na obra de Paul Virilio (1999), a irresponsabilidade e o automatismo tecnológico informacional parecem caminhar, e acelerar, juntos em direção a uma mesma agenda: uma gradual afasia do estado democrático e da crítica social.

> Por trás da propaganda libertária por uma democracia direta (viva), capaz de renovar a democracia representativa baseada em partidos, está sendo implementada a ideologia de uma democracia automática, na qual a ausência de deliberação seria compensada por um "automatismo social" semelhante ao encontrado em pesquisas de opinião ou na medição de índices de audiência televisiva. Uma democracia reflexa, sem reflexão coletiva (Virilio, 1999, p. 109).

Tal diagnóstico precoce já nos aponta algo evidente: na era digital, a informação tornou-se um dos recursos mais valiosos da sociedade contemporânea. O domínio sobre os fluxos informacionais, e gestão do volume do que os trafega, seja por governos ou corporações, tem redefinido as fronteiras entre liberdade e manipulação.

Esse cenário, atravessado por recursos digitais que potencializam mecanismos de vigilância e controle e que, paradoxalmente, produzem mais opacidade do que transparência nas relações sociotécnicas, conforme já problematizado por Shoshana Zuboff (2020) e Eli Pariser (2012), revela desdobramentos críticos nas dinâmicas de poder mediadas pela informação, expondo contornos problemáticos: o colapso simbólico da autonomia humana diante de sistemas que moldam percepções, comportamentos e realidades, governando algoritmicamente o humano-usuário da informação.

Neste contexto, poder, controle e violência assumem uma dimensão quase escatológica, em que o poder que se desloca do rol das supostas autonomias que a pessoa usuária da informação detinha para os dispositivos e artefatos algorítmicos e maquínicos que representam a materialidade das *Big Techs* na atualidade.

Nesse escopo parece tempestivo termos em perspectiva que em sua obra “Sobre a violência” (1994), Hannah Arendt aponta que ela — a violência — não é a aplicação do poder, mas sim sua a ausência. Complementarmente a mesma autora também aponta em “Eichmann em Jerusalém” (1999) que a suspensão da reflexão crítica pode tornar indivíduos antes portadores de urbanidade, civilidade e gentileza, em agentes igualmente capazes de atrocidades, assassínios e indiferenças que conduzem à mortes.

Em outras palavras, aquilo que se oculta por trás dos grandes volumes de dados que aparentemente nos desvelam *insights*, informações e conhecimento, pode também ser útil

no sequestro de dados pessoais, quebras de privacidade e direitos. Podendo até mediar crimes e ações violentas por quem dele se utiliza. Ora, máquinas não têm reflexão crítica. Mesmo no caso das inteligências artificiais generativas (IAG), segundo Emily Bender, Timnit Gebru, Angelina McMillan-Major e Margaret Mitchell (2021), seu modelo de linguagem funciona como uma forma de "costura", com características probabilísticas, de sequências de formas linguísticas observadas em seus dados de treinamento, sem qualquer referência aos possíveis significados. Ainda, segundo as autoras, conforme um "papagaio estocástico" (2021, p. 617) cuja fluência textual não corresponde à compreensão semântica genuína. Essa ausência de agência discursiva tem implicação direta sobre o estatuto da criticidade frequentemente atribuída a essas ferramentas. Como explicitado por Claudinei Luis Chitolina (2025, s/p), "o determinismo explícito ou implícito dos algoritmos da IA generativa constitui uma prova convincente contra a ilusória ideia de que é capaz de escolher e decidir livremente", uma vez que operam segundo princípios e mecanismos produzidos, implantados e controlados por agentes humanos — os desenvolvedores. Por fim, a aparência de criticidade é, antes, um artefato de design do que uma propriedade emergente do sistema

Em resumo, a ausência de consciência crítica em prol da obediência ou da subordinação algorítmica, pode promover transformações nas dinâmicas informacionais e sociais em direção à crescente perda de autonomia, soberania, privacidade e direitos.

Sob a perspectiva da Ciência da Informação, este trabalho propõe reflexões sobre tais dinâmicas informacionais na era digital e examina seus efeitos destrutivos, bem como suas implicações para a configuração de um estado de violência que atravessa e repercute, principalmente nos espaços de ensino e aprendizagem, que são nosso campo de estudo principal da tese em andamento, apesar de não ser o foco empírico deste texto.

Ao navegarmos na *web* e nos utilizarmos de qualquer motor de busca dos mais populares é possível identificar uma crescente intensificação de manifestações de violência no cotidiano escolar, expressas tanto em conflitos interpessoais diretos quanto em práticas simbólicas e institucionais que afetam a convivência e o processo educativo.

Tal cenário reflete uma preocupação crescente diante do aumento dos episódios de violência, fenômeno que tem mobilizado gestores, docentes, famílias e pesquisadores em torno da necessidade de compreender suas múltiplas causas e formas de manifestação. Assim, faz-se necessário discorrermos sobre que tipo de violência e quais formas ela assume em tal condição sociotécnica.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo apresenta uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e de caráter teórico-conceitual. Seu objetivo metodológico consiste em construir uma chave interpretativa para examinar as relações entre violência, poder, controle e regime de informação nas dinâmicas informacionais digitais. O texto corresponde à etapa conceitual de uma pesquisa de doutorado mais ampla, cujo objeto envolve os desdobramentos dessas dinâmicas no ambiente escolar. A coleta e a análise de evidências empíricas relativas a casos ocorridos em escolas brasileiras constituem etapas posteriores da investigação e não integram os resultados apresentados neste artigo.

Quanto ao corpus bibliográfico, ele foi constituído a partir de uma seleção intencional de obras consideradas pertinentes ao problema investigado, organizadas em três núcleos. O primeiro reúne trabalhos sobre violência, poder e suspensão do julgamento, tendo como referência principal Hannah Arendt (1994; 1999). O segundo compreende estudos da Ciência da Informação sobre regime de informação, relações de poder e crítica da economia política da informação, com destaque para Frohmann (1995), González de Gómez (1999; 2012), Bezerra (2023; 2024a; 2024b), Schneider (2022) e Pimenta (2013; 2019).

O terceiro abrange interpretações sobre controle da informação, mediação algorítmica, capitalismo de vigilância e guerra cognitiva, mobilizando Crespy (2006), Virilio (1999), Pariser (2012), Zuboff (2020), Bender *et al*. (2021) e Cocco (2025). A inclusão das obras considerou sua capacidade de contribuir para os conceitos centrais do estudo e de permitir sua articulação de forma reflexiva com as condições sociotécnicas da circulação informacional contemporânea.

A análise foi desenvolvida em três movimentos. Inicialmente, foram identificadas as definições e proposições centrais relacionadas aos conceitos de violência, poder, controle e regime de informação. Em seguida, os argumentos foram comparados, buscando convergências, tensões e relações de complementaridade. Por fim, realizou-se uma articulação interpretativa entre os conceitos, examinando como as estruturas que organizam a produção, a circulação, a legitimação e o controle da informação podem criar condições para a produção e a reprodução da violência; compreendendo-a enquanto parte de um fenômeno info-comunicacional de urgente lida.

A análise foi orientada hermeneuticamente pela compreensão de que a interpretação ocorre a partir de uma situação histórica e de questões formuladas no presente, conforme Gadamer (2014). De Ricoeur (1989), recupera-se o movimento entre compreensão e explicação, pelo qual a leitura conceitual não se limita à descrição das obras, mas procura confrontar seus argumentos e produzir uma interpretação apropriada ao problema investigado. Gadamer e Ricoeur constituem, assim, orientações para a leitura e a articulação do corpora, e não métodos independentes ou etapas empíricas da investigação.

Esse percurso permitiu formular a aproximação entre Arendt e o conceito de regime de informação como resultado teórico do artigo. Tal aproximação será posteriormente confrontada com evidências relacionadas às manifestações da violência em ambientes escolares, etapa que pertence ao desenvolvimento da tese e não ao recorte aqui apresentado.

3 O REGIME DE INFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL: ESPAÇO FÉRTIL PARA A VIOLÊNCIA MEDIADA EM BITS

Partimos aqui da análise do conceito de regime de informação proposto por Frohmann (1995) e González de Gómez (1999; 2022), bem como sua influência na produção de trabalhos que ampliam uma visão crítica sobre o regime de informação na era digital.

Para isso, propomos o diálogo com autores cujas reflexões e conceitos apresentam um olhar crítico e reflexivo sobre as relações de poder mediadas pela informação, entre eles, Crespy (2006), Bezerra (2023; 2024a; 2024b), Schneider (2022) e Cocco (2025).

Parte-se do pressuposto que, as dinâmicas informacionais na atualidade, configuram novos mecanismos de violência, que se manifestam nas interações sociais, nos processos de dominação comunicacional e geram reflexos na sociedade. Sobre isso, faz-se o seguinte questionamento: De que maneira as relações de poder e controle mediados pela informação na era digital contribuem para a formação e manutenção de um estado de violência nas dinâmicas informacionais?

O conceito de regime de informação, amplamente discutido na Ciência da Informação, torna-se particularmente relevante para este trabalho ao passo que o articulamos às relações de poder que atravessam produção, circulação e disseminação da informação na era digital. Bernd Frohmann (1995) foi um dos primeiros a deslocar o olhar da eficiência dos fluxos informacionais para suas dimensões políticas e de controle, reconhecendo-as como alicerçantes a tudo que se seguiria.

González de Gómez (1999; 2012, p. 43) aprofunda essa perspectiva ao definir inicialmente a relevância do binômio informação e poder para a dimensão social; nos levando ao "regime de informação" enquanto o conjunto de formas socialmente legitimadas de produção e circulação do conhecimento. Assim a autora evidencia a indissociabilidade entre informação e poder, pois é o regime que define quais agentes/atores exercem autoridade informacional, quais infraestruturas/recursos são mobilizadas e quais modelos organizacionais são considerados válidos em determinado contexto histórico.

Na era digital, esse regime assume feições específicas e mais opressivas, afetando consumo, produção e disseminação da informação, em múltiplas camadas (Bezerra, 2023; 2024a; 2024b; Schneider, 2022; 2025; Pimenta, 2019). Arthur Bezerra (2023, p. 2) identifica um ponto de inflexão histórico:

> Todas essas contradições estão relacionadas a um fato histórico determinante: o advento de um novo regime de informação no século XXI, no qual formas inovadoras de produção, circulação e consumo de informação se encontram dialeticamente submetidas às velhas relações sociais do modo de produção capitalista, hoje metamorfoseado em sua versão digital (Bezerra, 2023, p. 2).

Para Bezerra (2023), há inúmeras implicações negativas impostas pelo regime de informação do século XXI que, via de regra, motiva bolhas informacionais, cultiva o ódio, o racismo algorítmico, a intolerância religiosa, entre outros potenciais malefícios para o conhecimento público e para a memória coletiva. Esse regime é marcado pela mediação algorítmica — longe de neutra — que filtra, prioriza e amplifica conteúdos conforme lógicas econômicas e ideológicas, produzindo o que Schneider (2022) nomeia de *desinformação digital em rede* (DDR): o conjunto de ações desinformacionais veiculadas nas redes digitais, que nutrem e são nutridas por aparelhos ideológicos em disputa pelo monopólio da fabricação informacional da verdade.

O resultado é um estado informacional violento, caracterizado pela disseminação de conteúdos falsos que corroem a percepção da realidade, pela manipulação ideológica que polariza e mina a convivência democrática, pelo uso indevido de dados que instrumentaliza vulnerabilidades pessoais, e pela crise de credibilidade que abre espaço para pseudo-autoridades cognitivas populistas — carismáticas, avessas ao debate racional, calcadas no medo e no preconceito (Schneider, 2022). É precisamente nesse estado violento que a banalidade do mal encontra seu terreno fértil contemporâneo.

4 CONTROLE DA INFORMAÇÃO *STATUS QUO* DA VIOLÊNCIA

Ricardo Pimenta (2013, p. 154) destaca que "Todo suporte material e tecnológico produzido em nossa sociedade está inserido em uma dinâmica de poder". Na concepção de Arendt (1994), o poder surge da ação coletiva e do consenso entre os indivíduos, no entanto, poder e violência são opostos. Para a autora, a violência surge onde o poder está em risco. Nesse contexto, a violência não representa força política legítima, mas um sintoma da fragilidade das relações de poder e da incapacidade de construir consensos.

As reflexões de Arendt (1994) conduzem para o questionamento acerca das fragilidades que caracterizam o regime de informação na era digital, especialmente no que se refere "à insuficiência dos instrumentos normativos atuais para lidar com esses problemas, para garantir competição e para assegurar direitos e responsabilidades" (Lima; Valente, p. 6, 2020) e à crescente disseminação da violência nas plataformas digitais (UNICEF, 2026).

Da mesma forma, Bezerra (2024) enfatiza que, as plataformas digitais têm favorecido a formação de comunidades articuladas em torno discursos de intolerância, como misoginia, racismo, homofobia e posições autoritárias. Ainda de acordo com o autor, a intensificação desses sentimentos contribui para o enfraquecimento da capacidade crítica e reflexiva, dificultando a ponderação, o equilíbrio e o exercício de um pensamento racional.

> Historicamente, o definhamento da razão tem se mostrado um método eficiente para adubar o terreno no qual mentiras, notícias falsas e demais táticas de manipulação podem ser plantadas por indivíduso e grupos, guiados por seus interesses políticos e econômicos. Mais que uma dissonância cognitiva, cuja existência ninguém há de negar, a receptividade da desinformação é favorecida por mediações que se utilizam do circuito de afetos e favorecem a construção ou manutenção de uma ignorância coletiva, hoje reverberada por vieses de confirmação em câmaras de eco e bolhas invisíveis (Bezerra, 2024, p. 74).

Isso nos leva a crer que os conflitos, discursos e práticas que circulam no espaço digital não permanecem circunscritos a ele, mas atravessam as relações sociais e educativas, influenciando os modos de interação, reconhecimento e convivência no contexto escolar. Recentemente, a equipe de Português do Campus São Cristóvão III do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, emitiu uma nota pública onde solicita ao Conselho Pedagógico:

> [...] que aprove, em caráter de emergência, a tomada de medidas mais contundentes, céleres e eficazes no combate à violência escolar. Há muito que se tem percebido a disseminação de discursos e práticas de ódio no âmbito do Colégio Pedro II, que, apesar dos protocolos existentes, parece a todo momento flertar com a impunidade, oferecendo mais garantias aos agressores do que a devida proteção e o necessário acolhimento às vítimas (Colégio Pedro II. Equipe de Português. Campus São Cristóvão III, 2025).

Além disso, a nota apresenta a imagem de um caso considerado emblemático pelos professores: a cabeça de uma boneca negra, inteiramente rabiscada, na qual estava inscrita a palavra “ódio”. Estes acontecimentos, associados a muitos outros amplamente divulgados nas mídias sociais, nos permite acreditar que há uma relação próxima entre o aumento significativo da violência nas escolas com as dinâmicas infocomunicacionais associadas às plataformas digitais.

A concentração de poder nas mãos das grandes empresas tecnológicas, mais conhecidas como *Big Techs* e a ausência de uma força política legítima regulatória, contribui para a consolidação de um ambiente digital marcado por assimetrias de poder e fragilidades institucionais.

Nesse cenário, as *Big Techs* disputam todo o controle da informação que circula pelas redes digitais. Controlar a informação torna-se tão estratégico quanto dominar territórios, pois a capacidade de influenciar opiniões, desestabilizar instituições e gerar incertezas pode redefinir o curso de conflitos sem a necessidade de confrontos diretos.

Na guerra, por exemplo, utiliza-se o controle da informação para efeitos ideológicos, psicológicos e também para motivar os soldados em batalha (Crespy, 2009). Há, evidentemente, uma escolha de cenário que oculta os verdadeiros objetivos e intenções daqueles que utilizam esse instrumento como estratégia para manipular de acordo com os seus interesses.

> Ora, a informação não é uma simples duplicação neutra do evento. Ela é encenação, escolha de uma perspectiva, dramatização, personalização. Ela mexe com a emoção, especialmente através das imagens que ela difunde, e mais ainda quando essas imagens de violência têm impacto sobre uma sociedade que suporta cada vez menos a violência de seu cotidiano, que não suporta mais a exibição da morte violenta, que já não suporta mais no seu dia a dia o espetáculo da morte oculto pelas paredes dos hospitais (Crespy, 2006, p. 72).

Na era digital, a informação deixou de fluir de poucos emissores para muitos receptores e passou a ser produzida e redistribuída por multidões conectadas. Essa multiplicidade de vozes amplia a diversidade de perspectivas, mas também intensifica ruídos, redundâncias e disputas narrativas, criando um ambiente em que autoridade e credibilidade se tornam bens instáveis.

> Trata-se de controlar a informação, de condicioná-la e de desviá-la, para que ela colabore com os objetivos militares e assegura em príncípio o apoio da opinião pública nas operações militares, condição indispensável para sua realização. Neste sentido, a informação é uma arma, uma modalidade determinante da violência militar (Crespy, 2006, p. 72).

O controle da informação funciona, assim, como uma verdadeira estratégia de guerra, oculta os efeitos catastróficos da realidade que se deseja evitar, suaviza a percepção pública sobre perdas e danos, favorece os interesses de quem detém o poder e, sobretudo, permite justificar ações de qualquer natureza.

> O controle da informação permite modular não a própria violência, mas o espetáculo da violência, tanto quanto justificá-la. [...] O controle militar da informação conduz ao ocultamento total do espetáculo da violência quanto, por outro lado, ela é legitimada [...] (Crespy, 2006, p. 75).

A disponibilização de conteúdos informacionais de caráter duvidoso e questionável em ambientes digitais, representa a manifestação clara de um movimento motor de manipulação violenta que está enraizado em estratégias de guerra, no entanto, Cocco (2025, p. 43) propõe olhar para outro tipo de guerra.

> A guerra cognitiva – que visa não apenas controlar a informação, mas modificar os próprios processos de pensamento – se intensifica com a automação, através da manipulação algorítmica, desinformação em larga escala e engenharia social. Esse conflito pode ser descrito como uma guerra cognitiva exatamente por que não se limita a controlar o que sabemos, mas influencia como concebemos a realidade e tomamos decisões.

Cocco (2025) propõe reflexões sobre o cenário informacional cujo motor está relacionado a aceleração algorítmica que impõe verdadeiras batalhas pelo controle das redes digitais e gera uma crise generalizada de soberania. Para o autor, a guerra psicológica é apenas o começo de uma questão bem maior.

> Diferente da guerra psicológica ou da manipulação informacional, a guerra cognitiva não mira apenas o conteúdo da informação, mas os próprios processos de pensamento, modificando os filtros perceptivos e os circuitos de processamento mental (Cocco, 2025, p. 61).

Nesta perspectiva, as relações de poder mediadas pela informação na era digital ampliam suas garras e criam “tentáculos” que ultrapassam o controle e a manipulação da informação e, passam a interagir na estrutura cognitiva dos sujeitos, transformando-os em marionetes em um ambiente cujas dinâmicas informacionais estabelecem um estado de confusão.

> Ora, ao contrário dos músculos, o cérebro nunca está em repouso. Ao mesmo tempo, se é possível forçar fisicamente as pessoas a seguir uma cadência particular e assim coordenar uma linha de trabalho, não se sabe como forçar os cérebros a cooperar. Portanto, nessa segunda fase, essa inteligência coletiva passa por um processo de colonização algorítmica [grifo nosso], onde não apenas a cooperação entre cérebros é explorada, mas também a própria estrutura do pensamento individual. Aqui, o noopoder se manifesta de forma explícita: não se trata somente de coordenar a produção, mas de modular os estados cognitivos, reorganizar a atenção e moldar a percepção da realidade (Cocco, 2025, p. 63).

Da encenação midiática discutida por Crespy (2006) às disputas cognitivas descritas por Cocco (2025), encontram-se indícios de que o controle da informação, objeto de disputa na era digital, estrategicamente pode moldar percepções e orientar decisões da vida prática.

Em um cenário marcado pela aceleração algorítmica, pela multiplicação de vozes e pela instabilidade das autoridades cognitivas, os processos informacionais passam a operar diretamente sobre a sensibilidade e a autonomia dos sujeitos em um ambiente caracterizado como “território sem lei”.

A manutenção do *status quo* da violência na era digital parece ser o resultado da fragilidade ou deterioração do poder legítimo. Como consequência, enfrentamos a instabilidade, insegurança e desigualdades, abrindo espaços para disputas sobre os controles cognitivos dos sujeitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aportes conceituais teóricos levantados neste artigo, promovem um olhar crítico sobre as dinâmicas informacionais da era digital e contribuem para interpretar a relação entre informação e violência no espaço da escola. A análise do conceito de Regime de Informação que se complementa de forma distinta a partir das perspectivas de Frohmann (1995), González de Gómez (1999; 2012) e Bezerra (2023), revela a complexidade de um campo informacional onde se articulam relações de poder que circunscrevem a produção, circulação e disseminação de informação.

As contradições de um regime de informação que é marcado pela colonização algorítmica (Cocco, 2025), desinformação (Schneider, 2022), vigilância constante (Zuboff, 2020), expropriação de dados e dilemas éticos (Bezerra, 2024a; 2024b), reflete significativamente em um declínio do pensamento reflexivo e crítico (Chitolina, 2026). Esse diagnóstico contribui para a reflexão sobre as fragilidades de um regime informacional marcado por características violentas que, em nossa compreensão, pode estar associado ao aumento de episódios de violência nas escolas públicas.

Entende-se que essas manifestações ultrapassam a circulação de conteúdos ofensivos ou desinformativos no espaço virtual, alcançam dimensões mais profundas, relacionadas à manipulação cognitiva, à destruição da autonomia crítica e à fragilização dos espaços democráticos.

As contribuições de Arendt (1994) mostram-se particularmente relevantes para compreender este cenário. Ao distinguir poder e violência, a autora oferece elementos para interpretar a violência contemporânea não como expressão de poder legítimo, mas como sintoma de sua deterioração.

A partir das reflexões de Arendt (1994), é possível compreender que o problema não está simplesmente na existência de tecnologias ou de mecanismos de controle da informação, mas na maneira como eles interferem na capacidade de ação e de participação política dos indivíduos.

Além disso, Arendt (1999) abre uma perspectiva para pensar a dimensão violenta da "banalidade do mal" em um regime de informação no qual sujeitos comuns podem, por meio da adesão irrefletida a discursos, normas e estruturas de poder, contribuir para a produção e legitimação de práticas de violência.

Nesse contexto, a naturalização de determinados comportamentos pode favorecer a suspensão do pensamento crítico e da capacidade de julgamento, tornando a violência socialmente aceitável ou mesmo aparentemente normal. O regime de informação da era digital amplia essa problemática ao possibilitar que discursos, imagens e narrativas sejam disseminados em larga escala, fazendo com que indivíduos comuns não apenas sejam receptores de conteúdos violentos, mas também participem ativamente de sua reprodução e legitimação.

Na escola, tais transformações assumem especial relevância. A essência violenta do Regime de Informação dominante, atravessa as relações sociais e podem se materializar em práticas concretas de violência. A escola, enquanto espaço privilegiado de formação cidadã, passa a enfrentar desafios cada vez mais complexos relacionados à circulação de informação, à construção de valores democráticos e ao fortalecimento da capacidade crítica dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 3.ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BENDER, Emily M. et al. On the dangers of stochastic parrots: Can language models be too big?. *In*: PROCEEDINGS OF THE 2021 ACM CONFERENCE ON FAIRNESS, ACCOUNTABILITY,

AND TRANSPARENCY, 1., 2021, Canadá, **Anais [...].** Canadá: Association for Computing Machinery, 2021. p. 610-623. Disponível em: https://dl.acm.org/doi/abs/10.1145/3442188.3445922 Acesso em: 19 jun 2026.

BEZERRA, Arthur Coelho. Regime de informação e lutas de classes: reconstrução de um conceito à luz da crítica da economia política. **Ciência da Informação em Revista**, Alagoas, v. 10, n. 1/3, p. 1-14, 2023. Disponível em: Acesso em: 19 jun 2026.

BEZERRA, Arthur Coelho. Expropriação e alienação de dados: crítica da economia política da informação nas redes digitais. **TransInformação**, São Paulo, v. 36, p. 1-11, 2024a. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/8861 Acesso em: 19 jun 2026.

BEZERRA, Arthur Coelho. **Miséria da informação**: dilemas éticos da era digital. Rio de Janeiro: Garamond, 2024b.

CHARMAZ, Kathy. **A Construção da Teoria Fundamentada:** guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed; 2009.

CHITOLINA, Claudinei Luis. A ascensão da IA generativa e o declínio do pensamento crítico e criativo. **Coluna ANPOF**, [*s.l.*], 2025. Disponível em: https://www.anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/a-ascensao-da-ia-generativa-e-o-declinio-do-pensamento-critico-e-criativo Acesso em: 19 jun. 2026.

COCCO, Giuseppe. Aceleração algorítmica, crise da soberania e noopolítica: a batalha pelo controle das redes. **Lugar comum**, Rio de Janeiro, n. 72, abr. 2025. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/68200 Acesso em: 19 jun. 2026.

COLÉGIO PEDRO II. Campus São Cristóvão III. Equipe de Português. **Nota da equipe de Português ao CONPED do Campus São Cristóvão III sobre a necessidade de medidas mais contundentes de combate a violência na escola**. Rio de Janeiro, 2025.

COLÉGIO PEDRO II. **Nota de esclarecimento à comunidade escolar do Campus São Cristóvão III**. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: https://blog.cp2.g12.br/saocristovao3/2025/09/01/nota-de-esclarecimento-a-comunidade-escolar-do-campus-sao-cristovao-iii/ Acesso em: 12 dez. 2025.

CRESPY, Michel. Violência e controle da informação. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 29, abr. 2006.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton, Alberta. **Anais [...].** Edmonton: Canadian Association for Information Science, 1995. p. 1–14. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/998729337/Frohmann-1995-Taking-Information-Policy-Beyond-Information-Science-Applying-the-Actor-Network-Theory Acesso em: 19 jun. 2026.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método:** traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7–31, 1999. Disponível em: https://ridi.ibict.br/handle/123456789/126 Acesso em: 19 jun. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43–60, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1437 Acesso em: 19 jun. 2026.

LIMA, Maria Fátima Moraes de; VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. Regulação de plataformas digitais: mapeando o debate internacional. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5100 Acesso em: 17 out. 2026

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1103-1112, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/DgfNdVrZzZbN7rKTSQ8v4qR/?lang=pt Acesso em: 19 jun 2026.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PIMENTA, Ricardo M. Cultura da visibilidade informacional: estética e política da técnica no regime global de informação. *In:* BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo Medeiros; SALDANHA, Gustavo Silva. **Ikritika**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

PIMENTA, Ricardo M. O futuro do passado: desafios entre a informação e a memória na sociedade digital. *In*. ALBAGLI, Sarita. (org.) **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília, DF: Ibict, 2013.

RICOEUR, Paul. **Do texto à ação. Ensaios de hermenêutica II**. Trad. de Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto Alegre: Rés, 1989.

SCHNEIDER, Marco. **A era da desinformação**: pós-verdade, fake news e outras armadilhas. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

UNICEF. **Disrupting Harm in Brazil**: enfrentando a violência sexual contra crianças facilitada pela tecnologia. [*s. l.*]: UNICEF Innocenti, 2026. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/relatorios/disrupting-harm-brazil-2026 Acesso em: 17 out. 2026.

VIRILIO, Paul. **A bomba informática**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano da nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.